

Uma abordagem multidisciplinar para análise de uma comunidade tradicional em movimento sócio-territorialna amazônia brasileira

David Junior de Souza Silva
Professor do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP
Doutorando pelo Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás- IESA/UFG
E-mail: davi_rosendo@live.com

1 Introdução

Este artigo tem como tema a epistemologia e a metodologia desenvolvidas em uma experiência de pesquisa interdisciplinar sobre a realidade contemporânea de uma comunidade tradicional na Amazônia Oriental brasileira, conhecida como Quilombo do Rosa.

O objetivo do texto é traçar reflexões sobre as estratégias interdisciplinares que foram criadas pelo autor no trabalho de pesquisa para dar conta da complexidade das ações e representações protagonizadas pela comunidade e as incidentes, a partir de diversas escalas, em seu universo social.

A comunidade em questão, o Quilombo do Rosa, vive um processo de mobilização social, desde o início deste século, pela defesa de seu território tradicional e de seu modo de vida, face a violências sofridas e conflitos territoriais causados por agentes externos, intensificadas no período.

Diferentes fatores e dimensões da vida social são envolvidas nesse processo de transformação contemporânea vivido pelo Rosa: a natureza de mobilização social empreendida pela comunidade, para pressionar o Estado na garantia de seus direitos; o sentido do território, que se transforma e complexifica nesse período; a territorialidade da comunidade, que se transforma tanto no sentido da relação com o território quanto com outros atores sociais; a memória social, da qual emana o sentido do direito ao território e as regras de sucessão territorial; a cidadania, em sua especificidade de cidadania étnica; os requisitos necessários para acesso à cidadania e a mobilização política necessária para efetivação desta cidadania.

Destarte, uma metodologia interdisciplinar mostrou-se necessária para investigar cada dimensão da vida social da comunidade sensibilizada ou acionada por sua movimentação política e para descrever as complexas relações de multi e codeterminação entre essas diferentes instâncias. Neste sentido, uma metodologia envolvendo as disciplinas de Sociologia, Geografia, História, Antropologia e Ciência Política, foi posta em prática para

análise da transformação social vivida pela comunidade, e da interação de todas as dimensões de sua vida social e cultural nesta transformação.

Esta comunicação visa descrever a metodologia interdisciplinar construída para análise deste processo. De um modo geral, esta reflexão diz respeito a metodologias de pesquisa envolvendo comunidades tradicionais em movimento ou em transformação social

2 Diretriz metodológica e fio condutor da análise

Nesta seção discuto quais critérios advindos da decisão do pesquisador, do desenho da pesquisa ou advindos das especificidades do campo ou do problema de pesquisa convocam a uma epistemologia e metodologia interdisciplinar para investigação adequada. Explico o porquê da escolha, na pesquisa em tela, de uma metodologia de caráter interdisciplinar para a pesquisa de que trata este texto.

Em seguida, defendo que uma pesquisa interdisciplinar deve ter um elemento heurístico central, que perpassa todo o trabalho e seja o fio condutor e centro da espiral ao qual se vincula e em torno da qual gravitam os demais elementos interdisciplinares.

A reflexão aqui proposta diz respeito a pesquisas envolvendo comunidades tradicionais em processos de transformação social, de diferentes gêneros.

Sendo o território um elemento fundamental na existência de qualquer grupo social, mas especialmente comunidades tradicionais, este pode ser facilmente escolhido como elemento centralizador e como fio condutor da análise, como foi o caso aqui apresentado. Analisarei o uso do conceito de território como fio condutor mais adiante.

Conforme iniciada a pesquisa e avançava o trabalho de campo, foram identificados elementos empíricos de diversas ordens na dinâmica social vivida pela comunidade, ocupando diferentes lugares, às vezes de fatores causais para algumas determinações, às vezes sendo influenciados e sofrendo mudanças por transformações em outras esferas.

A constatação desta multiplicidade de elementos envolvendo a transformação recente na história da comunidade foi tomada – e nisto está um ato de escolha do pesquisador – como evidência empírica imprescindível de ser incluída para correta investigação e compreensão do fenômeno em pauta.

Uma das diretrizes da escolha metodológica foi a busca por incluir na análise todos os diferentes elementos e dimensões da realidade social em transformação da comunidade, dado o entendimento do pesquisador da necessidade de sua inclusão completa para a correta interpretação.

Esta escolha não significa uma necessidade de pensar a comunidade em sua globalidade, mas sim, apenas nas esferas ou dimensões da vida social sensibilizadas no processo de transformação. Para o caso da comunidade aqui em análise, o quilombo do Rosa, nem todas as esferas da vida social da comunidade foram afetadas, no entanto, pelo processo de transformação vivido pela comunidade no período; sua economia, por exemplo, não sofreu transformações decorrentes do processo em pauta.

3 Técnica de coleta de dados

Primeiramente, a técnica de pesquisa utilizada foi a da etnografia histórica (SAHLINS, 1993), pelo seu foco nas transformações culturais vividas pelas comunidades tradicionais no mundo contemporâneo.

O método etnográfico proposto por Sahlins é utilizado aqui porque propõe, como campo de investigação etnográfica, colocar em evidência a transformação cultural vivida pelos povos nativos na crescentemente complexa relação que vivem com os Estados-Nação. Não se trata de reificar uma cultura ou modo de vida, mas exatamente de identificar as autênticas transformações sociais e culturais que vivem os povos nativos, sempre a partir de seu *ethos*, seu *ethnos* e sua compreensão dos processos sociais e das intenções dos atores sociais com os quais se relacionam. Uma das bases epistemológicas do método etnográfico de Sahlins é o reconhecimento da autenticidade das transformações culturais que vivem os povos nativos e a escolha epistemológica pelo enfoque a esses processos como forma privilegiada de compreensão da cultura.: "The very ways societies change have their own authenticity, so that global modernity is often reproduced as local diversity" (SAHLINS, op. cit., p. 2)

Na relação, por constituição, conflituosa, sob o capitalismo, dos povos nativos com a modernidade eurocêntrica, estes povos desenvolvem uma consciência singular de sua própria cultura e tradição, e esta consciência singular desdobra, segundo Sahlins, em alguns dos fenômenos culturais – e, podemos acrescentar, socioespaciais – mais marcantes de nossa era. "The cultural self-consciousness developing among imperialism's erstwhile victims is one of the more remarkable phenomena of world history in the later twentieth century". (op. cit., p. 3).

O autor enuncia aquilo que os geógrafos chamam de relação global-local como epicentro onde se assenta as contradições que geram esses fenômenos. "Ironic too that Western social scientists should be elaborating theories of global integration just when this 'new world order' is breaking down into so many small-scale separatist movements marching under the banners of cultural autonomy." (Idem, loc. cit.).

A emergência crescente de movimentos por autonomia cultural é um dos elementos que justificam seu método. Epistemologicamente, este é um de seus pressupostos:

Reified notions of cultural differences, as indexed by distinctive customs and traditions, can and have existed apart from any presence. What distinguishes the current 'culturalism' (as it might be called) is the claim to one's own mode of existence as a superior value and a political right, precisely in opposition to a foreign-imperial presence. More than an expression of 'ethnic identity' - a normal social science notion that manages to impoverish the sense of the movement - this cultural consciousness, as Turner again remarks of Kayapo, entails the peoples's attempt to control their relationships with the dominant society, including control of the technical and political means that up to now have been used to victimize them. The empire strikes back. We are assisting at a spontaneous, worldwide movement of cultural defiance, whose full meanings and historic effects are yet to be determined. (Idem, loc cit.).

Nesta pesquisa sobre o movimento sociopolítico de defesa territorial e de seu modo de vida pelo Quilombo do Rosa, identificado como seu processo de territorialização recente, utilizaremos o método etnográfico de Sahlins no nosso esforço de compreender "(...) logical and ontological continuities involved in the different ways that societies interpret and respond to the imperialist conjuncture." (Idem, p. 4). Em suma, o problema de pesquisa aqui é compreender como o Quilombo do Rosa, para defender seu território e sua vida, teve de recriar-se, adotar estratégias territoriais e políticas totalmente novas em sua história, adquirir uma postura política original face aos novos processos e sujeitos que o confrontavam, e às novas regras do jogo que se impunham, sempre para permanecer com seu modo de vida e suas tradições.

4 Referencial teórico: fio condutor e conceitos

O tema da pesquisa foram as transformações protagonizadas pela comunidade no início do século XXI, como forma de defender seu território e seu modo de vida frente a violências e ameaças de expropriação. Deste modo, e considerando a centralidade do território para a comunidade em questão e para as comunidades tradicionais, um conceito precisava ser escolhido para nomear esse processo de transformação. Para tanto, foi escolhida a categoria geográfica de territorialização (HAESBAERT, 2011), alçada a conceito fio condutor da análise.

4.1 Territorialização

A análise realizada identifica que o Quilombo do Rosa vive, desde o ano de 2003, uma transformação na totalidade de sua conformação social, ou seja, um novo processo de

territorialização, no qual estão implicados um novo sentido dado ao território (como território comunitário de direito ancestral, agora ameaçado por agentes externos) e ações inéditas de defesa e asseguarção (como a abertura no INCRA de processo de regularização fundiária e regulamentação jurídica da posse do território) contra violências externas e tentativas de esbulho.

O ano de 2003 é um marco nesta transformação social e territorial vivida pela comunidade por ser o ano de duas violências sofridas pela comunidade: uma, o depósito de rejeito tóxico de manganês nas terras da comunidade, realizado por uma mineradora (ato qualificado como racismo ambiental); a outra, o assassinato do patriarca da comunidade por um grileiro, que tentava se apossar das terras do Rosa.

A comunidade estava sendo alvo assim de violências e de um esforço de expropriação e expulsão de seu território; e se apropriou de forma consciente desses processos que avançavam sobre ela, e da reação a ele.

Em sua história anterior, a autonomia, apropriação e uso de seu território não tinha nunca sido questionada. Esta foi a primeira vez que a autonomia e apropriação de seu próprio território foram questionados e concretamente agredidos por agentes externos. Deste modo, à comunidade foi necessário adotar estratégias e ações concretas para reafirmar sua apropriação do próprio território e conquistar social e política, jurídica e administrativamente a garantia dessa apropriação. A este processo ativo de criação de estratégias e ações para defesa do território caracterizamos aqui com o conceito de territorialização, intimamente ligado, como não poderia deixar de ser, ao conceito de território.

Rogério Haesbaert compreende o território como um fato simultânea e indissociavelmente político e simbólico. Nas palavras do autor, o território “diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação” (HAESBAERT, 2005, p. 6774); é composto, pois, de duas dimensões distinguíveis e constitutivas.

O processo de territorialização, para o autor, malgrado possa ser tipificado segundo quatro grandes objetivos (HAESBAERT, 2005, p. 6778), trata-se de um processo conjunto de apropriação simbólica e domínio político do espaço, operando segundo a cultura e a movimentação política do grupo em questão. É com esta concepção de território que faremos a análise dos processos vividos pelo Rosa.

O processo global de transformação que vive o quilombo do Rosa, trata-se, portanto, de um processo de defesa territorial, de proteção de seu território tradicional frente a invasores externos. A comunidade, nesse processo e dada a conjuntura do século XXI, a esfera pública

marcada pelo racismo, o colonialismo do Estado, o arcabouço jurídico-administrativo dos tratados internacionais e da burocracia nacional, tem de acionar uma diversidade de novas ações, inteiramente novas em seu universo – basicamente agroextrativista anteriormente –, para realizar a territorialização - nos termos necessários ao contexto multisocietal do século XXI em que se insere -, e garantir a continuidade de seu modo de vida e territorial.

Internamente à comunidade, este processo de territorialização vincula-se a defesa de sua sobrevivência, de seu modo de vida e de seu território, a seus elementos particulares internos, sua memória e territorialidade. Externamente, este processo tem de lidar com a totalidade da conjuntura política local, regional, nacional e internacional, com as condições do contexto multiétnico de contato, com as categorias jurídicas em voga, a esfera pública e a dinâmica da sociedade civil.

4.2 Movimento Social

Nas condições do Estado brasileiro, marcado pelo que pode ser descrito com a categoria sociológica de colonialismo interno (CASANOVA, 2003), o acesso à cidadania não se dá por meios meramente administrativos; a efetivação da cidadania somente se dá por meio da cobrança e pressão política sobre o Estado. Desta forma, a ação política comunitária com vistas à asseguarção da cidadania tende a assumir a forma caracterizada sociologicamente com a categoria de movimento social, entendida em sentido amplo, incluindo o associativismo civil (GOHN, 1997; MELUCCI, 2001; SHERER-WARREN, 2008).

Em vista da garantia de sua cidadania étnica e territorial, a primeira ação do Quilombo do Rosa é acessar administrativamente seus direitos constitucionalmente garantidos. Para tanto, a comunidade realiza as ações exigidas pelo Estado para tanto: funda a associação que irá representar legalmente a comunidade, a Associação dos moradores e produtores do Quilombo do Rosa; entra com o pedido formal no INCRA para reconhecimento estatal e regularização fundiária do território do quilombo.

Todavia o escopo de ações da comunidade em seu processo de territorialização não se restringe, e nem pode ser restringir, às ações de ordem administrativa. No período, a comunidade adotou ações em esferas

- a) de confronto direto, como o confronto com a mineradora para evitar o despejo de rejeito tóxico de manganês nas terras da comunidade, expulsando com as próprias mãos a mineradora e destruindo a estrutura que esta montou por onde despejava o resíduo tóxicos nas terras da comunidade;

- b) de manifestações em vias públicas, para chamar atenção das autoridades e exigir providências imediatas, casos esses que são os das manifestações em frente aos prédios do Ministério Público Federal e da Polícia Federal, em Macapá, para exigir providências contra grileiros que estavam invadindo a comunidade;
- c) discursos em instâncias públicas, como em duas ocasiões na câmara dos vereadores, na qual ocuparam a tribuna para fazer falas sobre a situação da comunidade e fazer denúncias.
- d) de formação de alianças, redes e parcerias com outras comunidades quilombolas, movimentos sociais, ONGs, setores progressistas do Estado, aliados da cauda das cidadanias étnicas e territoriais.

A territorialização assim, que objetiva a garantia da autonomia comunitária sobre seu território tradicional, se realiza por meio de uma ação que pode ser definida pela forma sociológica movimento social, que inclui autonomia de pensamento e concepção de estratégias, produção de legitimidade e pressão sobre o Estado para garantia e efetivação de direitos estabelecidos.

4.3 Etnogênese

Para atender às exigências estatais de fazer jus à garantia administrativa e jurídica de seus direitos, a comunidade do Rosa tem se relacionar com o Estado, primariamente, com a dimensão de sua existência que diz respeito à sua ancestralidade africana e de luta e resistência contra a escravidão no Brasil. Deste modo, a auto-identificação como comunidade remanescente quilombola, conceito presente na burocracia administrativa e jurídica brasileira, é necessária, porque exigência estatal para o seu acesso à cidadania, para garantia e efetivação de seus direitos étnicos e territoriais.

Saber-se remanescente de quilombolas nunca foi um problema para a comunidade do Rosa. A memória que a comunidade tem de seu fundador é a de um ex-escravo, que conseguiu fugir do colonizador, se esconder em um mocambo enquanto durava as perseguições policiais, e depois da Abolição, fundou sua morada que se tornou o quilombo do Rosa.

Diante da exigência para acesso à cidadania de a comunidade apresentar-se como remanescente quilombola, o Rosa, em suas relações com Estado e esfera pública, e em suas ações políticas, trouxe para primeiro plano sua história e memória como remanescente quilombola, fazendo desta sua identidade em sua inserção política na relação multisocietal.

Estamos diante aqui, então, de um fenômeno clássico de etnogênese.

Etnogênese, para o antropólogo Miguel Alberto Bartolomé, trata-se de um processo protagonizado pelas populações tradicionais no qual se reapropriam de sua identidade étnica - uma vez tendo sido obrigadas a abandonar esta identidade nos processos de colonização. Nas palavras do autor, “Trata-se da dinamização e da atualização de antigas filiações étnicas às quais seus portadores tinham sido induzidos ou obrigados a renunciar, mas que se recuperam combatentes, porque delas se podem esperar potenciais benefícios coletivos” (BARTOLOMÉ, 2006, p. 45).

Sua natureza de processo social, cultural e identitário é evidente; porém é distintivo também seu conteúdo político: a “etnogênese apresenta-se como processo de construção de uma identificação compartilhada, com base em uma tradição cultural preexistente ou construída que possa sustentar a ação coletiva”. (BARTOLOMÉ, 2006, p. 44).

É, pois, a reapropriação de uma identidade, com vistas à sustentação da ação coletiva, em geral frente ao Estado – um estado, como são os da América Latina, coloniais e denegadores das cidadanias étnicas. Neste processo os povos nativos objetivam “se constituírem como coletividades, como sujeitos coletivos, para poderem se articular ou se confrontar com seus Estados em melhores condições políticas”. (BARTOLOMÉ, 2006, p. 44).

A propulsão do processo pode estar, já prevista por Bartolomé, na existência de novas legislações, que garantem atualmente direitos antes negados. As políticas públicas oficiais de reconhecimento de comunidades remanescentes quilombolas, no Brasil no início do século XXI, desempenharam papel de primeira importância, como veremos, para o Rosa e outras comunidades quilombolas do Amapá - o que não quer dizer necessariamente que suas etnogêneses não ocorreriam de outra maneira. Nas palavras do autor: “Em certas oportunidades isso se deve à desestigmatização da filiação nativa, mas frequentemente também às novas legislações que conferem direitos antes negados, como o acesso à terra ou a programas de apoio social ou econômico” (BARTOLOMÉ, 2006, p. 45).

Tendo sido realizada dentro de um processo de territorialização, a etnogênese está pois, neste caso, subsumida a este processo. A etnogênese se consolida, portanto, como uma estratégia territorial.

4.4 Territorialidade

Para se realizar como movimento social, a ação política da comunidade precisa assumir a forma necessária dos movimentos sociais contemporâneos: articular-se em rede. Por se tratar de uma comunidade tradicional, esta abertura para uma articulação desta natureza

tem efeitos inevitáveis sobre a territorialidade da comunidade: sua territorialidade se expande e se transforma qualitativamente ao incorporar alianças com setores da sociedade civil favoráveis à cidadania quilombola, processo já identificado pelo geógrafo e antropólogo Alex Ratts (1996).

O conceito de territorialidade também é dependente do conceito de território. Retomamos aqui a teorização sobre território de Haesbert. Para o autor, o território “desdobra-se de um continuum que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou cultural-simbólica” (HAESBAERT, 2004, pp. 95-96). A indissociabilidade do elemento político e do elemento simbólico aqui é ainda mais evidente e permanece constitutiva. A territorialidade, como decorrência da categoria anterior, incorpora uma dimensão estritamente política, mas também se refere às relações econômicas e culturais próprias de cada sociedade.

Para o caso do quilombo do Rosa, a transformação vivida no período, especialmente seu posicionamento político novo, sob a identidade de remanescente de quilombo, implica constitutivamente uma alteração na territorialidade, porque são dependentes uma da outra. À medida em que, conforme os pressupostos e conclusões da Ratts (1996), existe uma relação interna entre “memória, território e auto-imagem” (p.1), a transformação em um dos elementos da tríade implica transformação necessária nos outros dois. Destarte, nunca se tratam de uma transformação estritamente identitária os processos de auto-identificação como quilombola das comunidades negras rurais. Quando o auto-reconhecimento identitário do grupo muda, sua autoimagem, sua memória, seu patrimônio cultural e sua territorialidade sofrem transformações também.

Além desta transformação específica vivenciada pelo quilombo do Rosa, a problemática aqui apresentada assenta-se no fato mais geral de que “As comunidades negras rurais estabelecem alianças com variados segmentos locais, regionais e nacionais” (RATTS, 2000, p.11). Estas alianças são parte da nova territorialidade da comunidade, empreendida em seu processo de territorialização recente.

Considerando a acepção de territorialidade aqui adotada, uma das tarefas para compreensão geográfica adequada do processo em pauta é problematizar as múltiplas relações sociais desenvolvidas pela comunidade com atores em torno, sejam elas visando centralmente a sociabilidade, sejam alianças com objetivos políticos; ou seja, analisar tanto sua natureza, quanto seus modos de constituição históricos.

4.5 Memória

Não incluso no conceito sociológica de movimento social, estão os fatos empíricos do sentido, da força moral e da motivação para a luta. Estes só são encontrados na pesquisa com a memória social da comunidade.

Para Halbwachs (1990), O primeiro elemento que está na base da estruturação da memória social de um grupo¹: a comunidade afetiva, como substrato da relação de afinidade (que está na base da formação de grupos, famílias, sociedades).

A comunidade afetiva, assim, é o fundamento comum que interliga as diferentes memórias individuais. A lembrança compartilhada, pois, é somente aquela formada por dados, noções e afetos presentes no espírito dos diferentes sujeitos do grupo, para que possam intercambiar-se reciprocamente, e, mais, para que haja condição de possibilidade da reciprocidade de lembranças, ou ainda, de reconhecimento mútuo das lembranças.

Para o caso do Rosa, a comunidade afetiva é formada pelos laços de parentesco e consanguinidade, que não existem sem remeter fortemente à ancestralidade familiar comum. Porém esta comunidade afetiva tem um sentido forte igualmente da consciência de ser uma comunidade que está sendo sistematicamente alvo de violências, como um caso de racismo ambiental, e tentativas de esbulho territorial, como as tentativas de grilagem e a presença de posseiros em suas terras, nos últimos anos.

Sua comunidade afetiva, todavia, é mormente marcada pelo sentido da perda. Um evento trágico, de dor imensurável, na história da comunidade marca o sentido de sua comunidade afetiva: o assassinato do patriarca da comunidade. A perda violenta e injusta de Benedito, para Geralda, sua esposa, e para seus filhos, marca uma forte emoção, presente até hoje, na vida comunitária. À comunidade não é um tabu falar da perda de seu pai. Não obstante, isto não é feito com frequência, e nunca sem muita emoção.

Nos filhos de Benedito e Geralda, esta perda produziu uma forte união em torno de sua mãe, e uma dedicação infinita à proteção desta. Esta assertiva é verificada em falas dos filhos do casal, como a dita por um de seus filhos: “aqui nós fazemos de tudo para blindar mamãe”. Como se a presença da perda de seu pai colocasse os filhos do casal num cotidiano intranquilo, constantemente alerta à possibilidade de novas ameaças.

O sentido de defesa territorial dos filhos da matriarca confunde-se com o sentido de defesa de sua mãe. O sentido da defesa do Rosa para esta, é defender, por sua vez, a memória de sua mãe.

¹ Grupo é a terminologia básica com que Halbwachs se refere às unidades sociais de análise, como famílias, instituições, e diferentes tipos de grupos. O autor não fala em **comunidades**, porém aplicaremos sua análise para estas, seguindo o caminho já iniciado por Alex Ratts (1996).

Como resultados, identificamos que o passado é fonte de força política da comunidade, não apenas no sentido de dele emanar a legitimação do direito reivindicado, mas também de dele emanar a motivação, o sentido e a força moral para a luta.

No passado recente, o assassinato de Benedito, patriarca da comunidade, produziu o elemento emocional que é a principal fonte de força política da comunidade. Este assassinato está vivo na consciência e na estrutura afetiva dos seus filhos. Diante da dor e do impacto desta injustiça, hoje o sentido de defender o território mistura-se com o sentido de proteção de Maria Geralda, a matriarca, viúva de Benedito.

No outro extremo, a memória do passado mais longínquo, alcançado quase que exclusivamente pela imaginação, sua ancestralidade africana, desempenha papel fundamental na sintaxe da luta por direitos, pois é a fonte de legitimidade e de sentido da mais significativa estratégia de territorialização contemporânea da comunidade: sua auto-identificação como quilombola.

Neste meio tempo, algumas memórias as quais estão associados elementos importantes do código cultural da comunidade. Memória da fundação da comunidade, por Josino Valério, que dá existência ao Rosa e legitima sua autonomia territorial. E a memória da mãe de Geralda, de onde vem o direito à terra, importante porque é a memória que fornece os critérios que determinam quais descendentes têm esse direito.

O direito ancestral comunitário que legitima sua luta e sua autonomia e posse sobre seu território é a memória de seu fundador. Josino Valério é lembrado como africano que resistiu à escravidão, conseguiu escapar dela e refugiar-se na floresta, fundando posteriormente a comunidade.

O direito ao território é definido também com base na memória. Este é prescrito na memória de Teófila, a mãe, já falecida, de Maria Geralda (atual matriarca da comunidade): têm direito ao território no Rosa os descendentes direitos de Teófila, filhos e netos.

O sentido de defesa se divide em dois: é um específico para a matriarca, e outro para seus filhos. Para ela, a defesa do território trata-se de uma defesa da própria comunidade e de seus antepassados. Defender o território significa para o Rosa defender seus antepassados, defender o fundador da comunidade, e todos os descendentes que viveram e trabalharam mantendo a comunidade até o presente. Para seus filhos, defender o território significa defender sua mãe. Significa ampará-la, especialmente diante do peso emocional da perda violenta de seu pai. O sentido e o afeto que move a mobilização social da comunidade são diferentes, mas relacionam-se e confluem para o mesmo objetivo.

5 Considerações Finais

Qualquer pesquisa multidisciplinar deve começar pelo entendimento de que a abordagem multidisciplinar é uma decisão do pesquisador, e que a pesquisa poderia ter sido feita de outro modo. Neste caso, a escolha pela multidisciplinaridade foi feita para em coerência com o objetivo da pesquisa de captar a totalidade dos processos protagonizados e vividos pela comunidade a partir do início de seu movimento de defesa territorial.

Como instrumento para expressar conceitualmente essa globalidade, e para fio condutor da pesquisa, foi escolhido o conceito de território, e seus desdobramentos: territorialização e territorialidade.

Iniciado o processo de investigação, constatou-se que a atuação política da comunidade, a dimensão política, portanto de sua transformação territorial – sua territorialização -, não se restringe ao acionamento administrativo do Estado, mas a ações públicas com caráter de cobrança e exigência de providências para o cumprimento da lei pelas autoridades. Estas ações são necessárias de ser analisadas por meio da categoria de movimento social, pois conformam a modalidade de ação típica deste conceito, aquela voltada para fazer avançar a sociedade.

A formação de alianças é o maior fenômeno, no caso do Rosa, de elasticidade da territorialidade.

Concomitantemente, a energia e o sentido do macroprocesso de territorialização protagonizado pelo Rosa provém de sua memória social. A defesa do território é um processo marcado e movido pela defesa da memória dos antepassados, especialmente da mãe de Nazaré, mãe, já falecida, da atual matriarca.

A abordagem multidisciplinar procurou dar conta da totalidade dos processos e dimensões da vida social envolvidos na territorialização recente do Rosa. Deste modo, algumas dimensões da vida social da comunidade ficaram exclusas, como por exemplo, economia, religião e expressões culturais. Mesmo neste caso um recorte foi feito.

Em suma, a estratégia de territorialização adotada pelo Rosa é a de sua garantia jurídica pelo Estado brasileiro, na forma das leis específicas, como ADCT 38, e de políticas públicas, como o Programa Brasil Quilombola. Para tanto a comunidade é obrigada por este mesmo Estado a atender certos requisitos necessários ao acesso à cidadania e a desenvolver formas de pressionar politicamente este Estado para efetivação deste direitos – tarefa tanto mais difícil quanto mais esses direitos contrariam interesses de setores sociais sobre-representados no Estado brasileiro. Neste processo de luta pela cidadania étnica, que inclui fundamentalmente os direitos territoriais, um novo processo de territorialização e uma nova

territorialidade são construídas, articuladas pela forma sociológica da ação de movimento social. Da memória social provêm os sentidos, a legitimação e força moral para a luta.

Referências

MELUCCI, Alberto: **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis, RJ. Vozes, 2001.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais na América Latina – caminhos para uma política emancipatória?** Cad. CRH, Salvador. Vol. 21 no. 54, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais Paradigmas Clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola. São Paulo: 1997.

JORGE, Amanda Lacerda. O movimento social quilombola: considerações sobre sua origem e trajetória. **Vértices**, Campos dos Goytacazes/RJ, v.17, n.3, p. 139-151, set./dez. 2015.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. Universidade São Paulo. 20 a 26 de março de 2005. pp. 6774-6792.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Multi/transterritorialidade e “contornamento”: do trânsito por múltiplos territórios ao contorno dos limites fronteiriços. In: FRAGA, N. C. (Org.). **Territórios e Fronteiras**. (Re)Arranjos e Perspectivas. 2º Ed. Florianópolis: Insular, 2017, pp.19-54.

RATTS, Alecsandro. Conceição dos Caetanos: memória coletiva e território negro. **Palmares em Revista**. Brasília. No. 1, 1996, p. 97-115.

_____. A geografia entre as aldeias e os quilombos: territórios etnicamente diferenciados. In: ALMEIDA, Maria Geralda de & RATTS, Alecsandro JP. (Orgs.). **Geografia: Leituras Culturais**. Goiânia: 2003, v. 1, p. 29-48.

_____. (1999). Almofala dos Tremembé: a configuração de um território indígena. **Cadernos de Campo**, 8, 61-81.

_____. (Re)conhecer quilombos no território brasileiro: estudos e mobilizações. In: FONSECA, Maria Nazareth Soares (Org.). **Brasil Afro-Brasileiro**. Belo Horizonte, 2000, pp.307-26.

SAHLINS, Marshall. Goodbye to Tristes Tropes: Ethnography in the Context of Modern World History. **The Journal of Modern History**, vol. 65, nº. 1, (Mar., 1993), 1-25.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.